



Revista Hélade

ISSN: 1518-2541

www.helade.uff.br

Título: Arqueologia Semiótica e as artes no Principado: um estudo de caso do Fórum de Augusto e do Fórum de Augusta Emérita

Autores: Airan dos Santos Borges; Thiago de A. L. C. Pires

Referência: BORGES, A. S.; PIRES, T. A. L.C. Arqueologia Semiótica e as artes no Principado: um estudo de caso do Fórum de Augusto e do Fórum de Augusta Emérita. **Hélade**, v. 2, n. 1, 2016, p. 52-61.

ARQUEOLOGIA SEMIÓTICA E AS ARTES NO PRINCIPADO: UM ESTUDO DE CASO DO FÓRUM DE AUGUSTO E DO FÓRUM DE AUGUSTA EMÉRITA

AIRAN DOS SANTOS BORGES¹
THIAGO DE A. L. C. PIRES²

Resumo: Pretende-se, com este artigo, apresentar algumas análises iniciais sobre uso da arte decorativa em monumentos romanos durante o Principado. Para tanto, exploraremos o uso artístico da figura mítica de Enéias no Fórum de Augusto, em Roma, e no Fórum de Augusta Emérita, utilizando os pressupostos da arqueologia semiótica para investigarmos quais vetores de discurso uniam territórios tão distantes.

Palavras-chave: Principado Augustano, Arte romana, Arqueologia semiótica, Augusta Emérita.

Em fins do século I a. C., Roma deixara de ser uma *civitas* para tornar-se uma Cosmópolis, capital de um Império que abarcava não somente a Itália, mas também outras regiões mais distantes do poder central. Em termos políticos, o período fora

marcado por intensas transformações que deflagram a desagregação do sistema de governo republicano e sua inadequação ao novo contexto trazido pelas conquistas. Sob a regência de Otávio Augusto, o advento do Principado esteve ligado a estas profundas mudanças.

Este será o ponto de partida de nossas reflexões. Entendemos que o Principado augustano consistiu em um sistema político formulado ao longo de um processo, lento e gradual, no qual preconizou o fortalecimento pessoal da figura do *princeps*³ Augusto em detrimento dos mecanismos políticos caros ao sistema republicano de governo. Esta concepção não lida com a ideia de ruptura abrupta entre os dois sistemas uma vez que a República romana estava baseada em conceitos e princípios que poderiam ser alterados conforme as necessidades dos novos tempos. Não se trata, portanto, de rígidas normas legais de constituição, mas de um fluí-

¹ Doutora em História no Programa de Pós-Graduação em História Comparada – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: borgesairan@gmail.com

² Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Membro do Laboratório de Pesquisa LIBER-NERO/UNIRIO. Bolsista Capes. Email: thiagokpires@gmail.com.

³ Durante a República, o *princeps* era o primeiro cidadão a falar durante as sessões do Senado, aquele que tinha a superioridade para amenizar as diferentes posições políticas. Além da esfera senatorial, o *princeps* deveria ser capaz de manter boas relações com outras camadas sociais, dentre elas, o exército e o próprio povo. Para tanto, deveria possuir sólidas bases políticas, morais e culturais, um modelo a ser seguido por seus concidadãos.

do balanço social entre Senado, Povo e magistrados (EDER, 2007, p. 15).

Nessa fase de transição, para não afrontar os valores tradicionais do sistema republicano, o poder crescente do governante foi representado por símbolos e dispositivos de retórica política que tinham, como objetivo maior, preservar os costumes conservadores do *mos maiorum*. Nesses termos, a autoridade concentrada no governante, no caso, Otávio Augusto, passou a ser justificada em função de suas conquistas entendidas como ‘benéficas’ para a manutenção da *res publica* enquanto ideal, não mais como forma de governo. Frente a isso, a criação de uma imagem positiva de determinados fenômenos foi fundamental para a articulação da imagem do governante e para estimular a adesão dos cidadãos ao novo arranjo político. O controle e a capacidade de acesso dos governantes aos mais significativos métodos semióticos foram utilizados para forjar a posição que deveria ser aceita pela sociedade.

Com as conquistas, o tradicional alinhamento da sociedade romana através do complexo sistema de famílias inter-relacionadas, que incluíam as relações entre os patronos e seus respectivos clientes e o reforço das lealdades pessoais; passou a incluir também o tecido social das cidades provinciais. Em relação a estas, paralelamente à implantação do aparato administrativo e às construções urbanísticas que introduziram novos hábitos sociais, políticos, econômicos, viu-se a divulgação de um complexo sistema cultural que viabilizou a integração das regiões, assegurando a consolidação do domínio. É nesse contexto que podemos ver a intercessão entre as construções públicas (com a subsequente introdução do hábito epigráfico) e a divulgação dos temas caros à tradição mítica greco-romana através da arquitetura decorativa que fazia parte dos edifícios (FAVRO 1996, p. 86).

Como indica o historiador Jás Elsner (1998, p. 3-12), o mundo romano foi uma sociedade com foco no aspecto visual. Tendo em vista a grande extensão do Império e o restrito conhecimento de suas línguas oficiais (o latim na faixa ocidental e o grego na faixa oriental), as artes visuais consistiram

em um eficiente instrumento de comunicação direta, uma vez que, através delas, foram veiculados temas caros ao arcabouço cultural greco-romano.

O acervo das representações a ser divulgado provinha da tradição cultural mediterrânica. Secularmente formadas e conjugadas pelo termo latino *mos maiorum*, na cultura romana, tais tradições ancestrais compreendiam um conjunto de saberes, procedimentos e rituais que, já durante o período republicano, fora resguardado pela elite senatorial. De fato, a preocupação com a criação, manipulação e instrumentalização das imagens ganhou um destaque maior durante o Império: a arte passou a materializar o poder, ao criar múltiplas redes de significação e comunicação social, tanto em Roma, como nas áreas conquistadas (ELSNER 1998, p. 53). Ao circular pelos mais diversos estratos sociais nos diferentes espaços, as artes visuais divulgaram e reforçaram os atributos do poder, contribuindo, assim, para a construção de uma unidade simbólica e agrupar povos variados.

Diante do exposto, acreditamos que os pressupostos da arqueologia semiótica podem auxiliar no presente estudo, uma vez que fornece elementos para a compreensão dos diferentes conceitos de ‘texto’. Neste trabalho, analisamos conjuntamente documentos de ordem verbal, imagética, arquitetônica e espacial. Tal escolha se justifica pela interpretação de que somente na confrontação de diferentes tipos de texto que acessaremos os embates sociais, os debates em torno das representações e as formas através das quais os indivíduos enxergam e organizam o seu mundo. Paralelamente a isso, nos aproximamos do aporte teórico da arqueologia pós-processual, sobretudo no tocante à importância que esta linha de pensamento atribui ao contexto em que o objeto texto está inserido, preocupando-se com o tratamento dos dados provenientes do mundo da cultura material e o seu diálogo com as formas mais tradicionais de texto (DYSON 1995, p. 44). A cultura material, assim, pode ser entendida como um sistema de sinais em códigos que constitui um discurso estruturado e silencioso, o que nos permite a sua leitura em forma de ‘texto’ (FUNARI & ZARANKIN, 2001, p. 505).

Posto isto, investigaremos como as simbologias e representações artísticas agiam como discurso de integração, contribuindo para a construção do diálogo cultural entre territórios cuja aproximação foi evidenciada pela formação Império Romano. Para tanto, centrando nosso olhar na apropriação do mito de Eneias e da fundação de Roma, realizaremos a análise do chamado Fórum de Augusto, em Roma, e do *Forum Coloniae* da *civitas* Augusta Emérita, capital da província da Lusitânia, na península Ibérica.

A ARTE E PODER EM ROMA NO PRINCIPADO: A FIGURA DE ENÉIAS

Podemos afirmar que era na *civitas*⁴ que se encontravam os caracteres que delineavam o ideal de ser romano. O espaço da cidade era um *locus* de aprendizado para os futuros cidadãos, no qual afirmavam sua identidade em relação à alteridade dos 'outros'. Viver em cidades constituía-se em um dos elementos fundamentais que caracterizavam a *humanitas*, entendido como o conjunto de regras que delineavam o *ethos* romano. Seja no espaço do Fórum, centro fundamental das decisões públicas, ou nas diversas atividades que aconteciam cotidianamente na cidade, os ritos públicos e privados, as relações comerciais, de parentesco, dentre outras; a cidade definia-se como um espaço que, integrado ao campo, viabilizava o aprendizado, reforçava a identidade coletiva e materializava uma visão de mundo.

Durante o Principado, no bojo dos processos de construção do discurso de legitimação da nova ordem proposta por Otávio Augusto, o Fórum foi um dos espaços da cidade que ganhou destaque.

Na cidade de Roma, no ano 2 a. C. Augusto inaugurou conjuntamente com seu fórum o templo de *Mars Ultor* (Marte, o Vingador), no qual eram celebrados os deuses protetores tanto da *gens juliae* quanto do povo romano, a saber, Vênus *generetrix*, Marte e Júlio César divinizado.

Apesar das discussões modernas sobre o Fórum de Augusto e as estátuas nele incluídas, há pouquíssimos vestígios materiais sobre o mesmo. Tais estudos se baseiam, principalmente, no relato do poeta romano Ovídio, em sua obra os *Fastos*, do qual destacamos a citação a seguir:

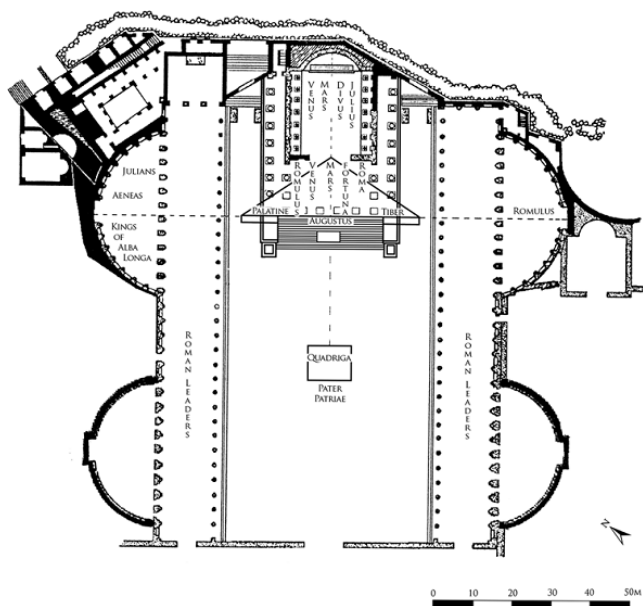
O santuário [fórum] é digno dos troféus ganhos dos gigantes. Com sua força o deus que Marcha [Marte] abre caminho para campanhas ferozes caso um inimigo ímpio nos assalte no mundo oriental ou se outro tiver que ser vencido onde o sol se põe. O deus das armas inspeciona os pináculos de seu alto edifício e aprova que os mais altos devam ser reservados aos deuses ainda não conquistados. Ele inspeciona as armas de origens diversas e as armas de povos subjugados por seus soldados. Neste lado, ele vê Enéias carregado sua carga preciosa [o pai Anquises] e a linhagem que segue dos muitos antepassados nobres da família Juliana. Do outro lado, avista Rômulo carregando em seu ombro as armas do líder conquistado, seus grandes feitos foram inscritos abaixo das estátuas. Ele observa, também, o nome de Augusto na frente do templo e o edifício adquire proporções ainda maiores quando lê o nome de César. Augusto tinha-o [o templo] jurado na sua juventude quando precisou tomar em armas para cumprir seu dever. Um feito valoroso para inaugurar o reinado de um príncipe. (OVÍDIO, *Fastos*, v. 554-570)

Como demonstrado na planta 1 abaixo, as fileiras de estátuas dos *summi viri*⁵, presentes no pátio interno do Fórum, ladeando a estátua equestre de Augusto, sugeria uma imagem de conjunto da histó-

⁴ Na cultura romana, a expressão *civitas* era compreendida como o estatuto sócio-jurídico de uma comunidade assentada num espaço urbano (URBS) e rural (AGER), na qual era independente e soberana em relação aos seus bens e indivíduos além de ser cimentada na religião e nas leis. Esta conceituação se vinculava com a compreensão da *Res publica*, segundo os pressupostos de Cícero (*Da República*, 25), ou seja, tratava-se da união de um determinado número de homens associados por consenso, no direito e na comunhão dos interesses.

⁵ Os *summi viri* eram representações dos homens valorosos que contribuíram para a grandiosidade de Roma no passado. As séries de estátuas dos *summi viri* formavam uma espécie de hall da fama dos valores nacionais, um monumento que visava ensinar aos visitantes os memoráveis feitos dos grandes romanos do passado.

ria romana. As figuras célebres da trajetória do Povo romano eram protegidas por aquele que estava ao centro, Augusto. A configuração espacial das estátuas no Fórum de Augusto fornecia uma história revisada e adaptada pelo novo sistema: uma história crescente em poder e glória, cujo ápice era o novo princeps.



Planta 1⁶ – Planta do Fórum de Augusto.

No nicho central do *exedra* noroeste do Fórum de Augusto, encontramos a grande estátua de Enéias. De acordo com a lenda, Enéias era um príncipe troiano, esposo de Creúsa, filha de Príamo, filho de Vênus com Anquises e consta como exímio guerreiro durante a guerra de Tróia na *Ilíada*. Em Homero, o destino do herói não era morrer na cidade incendiada, mas reinar os troianos em outra terra, embora o *aedo* grego não especifique qual (RODRIGUES 2005, p. 27). Após a ‘queda’ da cidade de Tróia, Enéias e seu contingente de refugiados fogem para o Ocidente e a peregrinação só cessa quando chegam ao centro da península Itálica. Neste sítio, os troianos encontram dois assentamentos, Palanteu e Alba longa. Rômulo e Remo serão os futuros descendentes dos refugiados de Tróia e estabelecerá um terceiro assentamento no Lácio, a cidade de Roma.

De fato, a escultura serviu de modelo para várias outras cópias encontradas não só na cidade de Roma, mas também nas províncias. Nesta representação, o herói vestia trajes patrícios, o infante Iulo era protegido por uma capa frígia, o ancião Anquises ia às costas do filho, carregando em suas mãos uma caixa com os deuses Penates. O idoso vestia ainda um manto sobre a cabeça, denotando seu papel como religioso. Apesar de a imagem ser pacífica, o guerreiro vestia uma couraça. Sobre essa temática, vale destacar a fala de Enéias proposta pelo poeta Virgílio:

[Enéias:] Sobe, meu pai, eu te ajudo. Sobe nas minhas costas, ó caro, o peso não me é nada. Qualquer que seja nossa sorte teremos a mesma salvação, os mesmos perigos. Que o meu querido filho me acompanhe ao lado e que minha esposa Creúsa fique atrás de mim e não se afaste. Vocês, meus servos, atendem para o que lhes digo. (...) (VIRGÍLIO, *Eneida*, II, v. 707-713.)

A imagem descrita tornou-se um exemplo de devoção familiar. Enéias carrega o pai paralítico nas costas, o filho ao lado e a esposa atrás. Anquises ainda leva os deuses Penates. Desta maneira, se forma a hierarquia familiar tão cara ao ideal de *pietas* do herói e no imaginário romano: acima de tudo estão os deuses, depois os mais velhos e, enfim, a família. Não é por um acaso que Augusto estabeleceu essa representação em seu Fórum: o ato do *princeps* de vingar a morte de seu pai César era visto como um ato de *pietas*, um ato de honrar a injúria cometida contra sua família.

Na reconstrução abaixo, observamos as fileiras de estátuas dos *summi viri*, no pátio interno do Fórum, ladeando a estátua equestre de Augusto, o que sugeria uma imagem de conjunto da história republicana recente. As figuras célebres da trajetória do Povo romano eram protegidas por aquele que estava ao centro, Augusto.

⁶ Imagem extraída de: GALINSKY, 2007. p. 283.



Imagem 1⁷ - Fórum de Augusto, gráfico de reconstrução do exedra noroeste. Estátua de Enéias ao centro, maior do que as que a cercava.

A centralidade da função de Augusto fica evidente ao notarmos a configuração espacial interna do Fórum: a estátua equestre do governante está rodeada pelas estátuas de bronze dos grandes antepassados de Roma. A presença figurativa dos grandes ancestrais romanos corrobora a importância política do *princeps* e o coloca como o coração ordenador da máquina do governo, pois nestas estátuas figuravam magistrados, chefes militares, religiosos, plebeus e patrícios. Caberia ao sucessor simbólico de Enéias, Augusto, findar com a idade do ferro, na qual os homens constantemente digladiavam. Vê-se, aqui, uma alusão direta às guerras civis que demarcaram a falência do sistema republicano de governo, em fins do século I a. C.

De fato, a lenda de Enéias não foi criada por Virgílio. No contexto de consolidação do Principado como sistema político, a apropriação do filho de Enéias por Virgílio desempenha um papel fundamental: o autor atribui a *Iulus* a descendência dos reis de Alba Longa e, por conseguinte, a fundação da família de Augusto (VIRGÍLIO, *Eneida*, I, v. 268-269). Assim como Enéias enfrentou no Lácio os nativos belicosos, uma vez findada as guerras civis, Augusto deveria impor, através da boa *fides*, a paz e instaurar uma nova fase de ouro. Nesse discurso, o Estado restaurado pelo Principado, seria o responsável por garantir a paz e a segurança necessárias para a regularização dos trabalhos agrícolas, a celebração

dos ritos, a segurança pessoal e da propriedade dos bens. Deste modo, os símbolos que evocavam a paz deveriam ser exaltados e propagados.

Na retórica política construída ao longo da república tardia (século I a. C.), as virtudes morais dos cidadãos e o talento de seus chefes militares foram os fatores que garantiram o sucesso de Roma no passado. A República havia contado com a frugalidade, a simplicidade, a boa fé e a piedade de seus cidadãos. Dito de outro modo, o sucesso do Estado Romano fora sustentado pelas virtudes dos anciãos e de seus homens. No processo de construção das bases ideológicas do Principado, a exaltação das características morais do novo líder, Otávio Augusto, consistiu em uma estratégia de legitimação do poder. É nesse contexto que se pode compreender a confecção do *clupeus virtutis*, o escudo da virtude. Encomendado pelo Senado e pelo 'Povo romano', o escudo recebeu a gravação da lista das quatro virtudes cardinais: valor (*virtus*), clemência (*clementia*), justiça (*iustitia*) e 'piedade' (*pietas*), ficando exposto no pódio da estátua equestre de Augusto em seu Fórum (ECK, 2007, p. 55). Esta representação contribuiria para o reforço da imagem do novo governante que, através de sua dignidade e de seus valores morais, se afastava da imagem maléfica de um tirano e colocava-se superior aos seus iguais.

A sociedade, assim, deveria enxergar em seu líder aquele que restaurava a *res publica* e que resgatava os antigos valores, até então negligenciados, do *mos maiorum*. A falta de elementos constitucionais que garantiam a preeminência de Augusto no poder era compensada pelo consentimento popular a favor da manutenção da ordem, da paz, da segurança e da prosperidade. Da mesma maneira que o antigo fundador era retratado como patriarca do povo, o governante seria retratado como o pastor, o salvador, o herói fundador: um novo Enéias.

ARTE E PODER NAS PROVÍNCIAS ROMANAS: O CASO DE AUGUSTA EMÉRITA

A fundação da colônia *Augusta Emerita* está circunscrita ao início do território da Lusitânia Extrema, constituindo-se em elo intermediário entre

⁷ Imagem acessada pela última vez no dia 22/01/2012, no site: http://en.mercatiditiraiano.it/sede/area_archeologica/forodi_augusto/le_esedre.

a oficialidade romana e o meio indígena do sudoeste peninsular. Seu estabelecimento foi ordenado pelo Imperador Augusto no ano 25 a. C. (729 de Roma), ao final da guerra contra os Cântabros e Ástures, no norte peninsular. Seu término contribuiu para a pacificação do território e para a submissão total da península ao domínio romano. Na nova cidade foram assentados os soldados veteranos das legiões *V Alaudae* e *X Gemina*, ambas combateram nas guerras do norte, ao lado de mais cinco legiões e suas correspondentes tropas auxiliares.

A colônia foi fundada no curso médio do extenso vale do *Anas* (atual rio Guadiana), em sua margem direita. A região que abrigou a nova cidade foi estrategicamente escolhida: através do rio se interconectava com as áreas vizinhas, além de facilitar o comércio do sul e o norte peninsular. Através das estradas interligadas pela principal ponte da colônia, chegava-se à desembocadura do Rio Guadalquivir na antiga Hispalis; à Itálica, primeira fundação romana na Hispania em 207 a. C., e ainda ao porto de Cádiz, porta do Mar Mediterrâneo.

Do ponto de vista territorial, as transformações da região interagiram com a reorganização provincial realizada por Augusto – de caráter político e administrativo. Além da fundação de novas cidades, outra medida do *princeps* na região foi a divisão da antiga província da *Hispania Ulterior* e a criação das províncias da Lusitânia e Bética (27 a.C.). Com essas medidas, Augusto reestruturou o território, modificando a paisagem indígena.

A fundação de Augusta Emérita, em 25 a. C., se insere nessa política ao ser criada para ser o centro nuclear dentro da região e substituir a antiga intercessão viária local, passando a herdar o papel que *Metellinum* exerceu como base para as lutas entre Metelo, Sertório e os Lusitanos. Sua fundação estava diretamente ligada ao programa de fundações que Augusto desenvolveu na península; em etapas progressivas, tendo como meta essencial planejar a organização administrativa e a ampliação das redes de comunicações e defesa do território. Como indica a tese de Giovanni Forni (1982, p. 73) seguida por Antonio Marques de Faria (1998, p. 161-167) e Patrick Le Roux (2004, p. 263-265), embora Augusta Emerita fosse fundada pelos *veterani emeriti* de Augusto, os soldados vitoriosos do Imperador, a

presença de veteranos na região não atribuía à colônia uma vocação militar. Simbolizava claramente, pela manutenção de longos tempos de paz, um diálogo intenso com a representação imperial formulada por Augusto, esta sim, fundamentada e baseada na vitória e no triunfo de Roma.

Lembrando-nos das determinações vitruvianas (VITRUVIO, V, Capítulos 1 e 2), na fundação de uma nova cidade o planejamento da área forense era realizado junto com a distribuição das ruas principais e consistia em um conjunto monumental com múltiplas atividades. Em geral, possuía planta retangular, rodeada por pórticos que delimitavam o espaço da praça, isolando-a do exterior. Em uma das laterais ficava a basílica (para a administração da justiça), a cúria (sede do governo local) e templos dedicados aos principais deuses do panteão romano. Em alguns casos, poderiam abrigar outros edifícios de caráter administrativo, como o *tabularium* (arquivo) e edifícios para a atividade comercial (*tabernae*), esses localizados ao longo dos pórticos da praça. O número de áreas forenses de cada cidade era condicionado pela categoria jurídica da *civitas* no aparato administrativo romano, por exemplo, se a cidade fosse capital de província, poderia existir um fórum de caráter colonial (para tratar dos assuntos locais) e outro de caráter provincial (JIMÉNEZ SALVADOR 1992, p. 8), tal é o caso de Augusta Emérita.

Seu primeiro núcleo forense foi erigido quando da fundação da cidade, no momento em que foi planejada a estrutura urbana. Sua posição foi localizada próxima ao cruzamento de suas duas 'artérias' principais, *decumanus maximus* e *cardo maximus*, como era norma geral e como indica a cronologia dos edifícios estabelecidos. De fato, posteriores escavações próximas à área de confluência do *decumanus* e do *cardo maximus* da colônia indicam que no traçado urbanístico original foi criado um espaço, semelhante a 6 *areae*⁸, que seria ocupado pelos edifícios que comporiam, inicialmente, o fórum da colônia (MATEOS-CRUZ 2004, p. 32). Provavelmente, durante a fundação da colônia essa área foi reservada para constituir o espaço público e receber os edifícios que iriam compor o fórum.

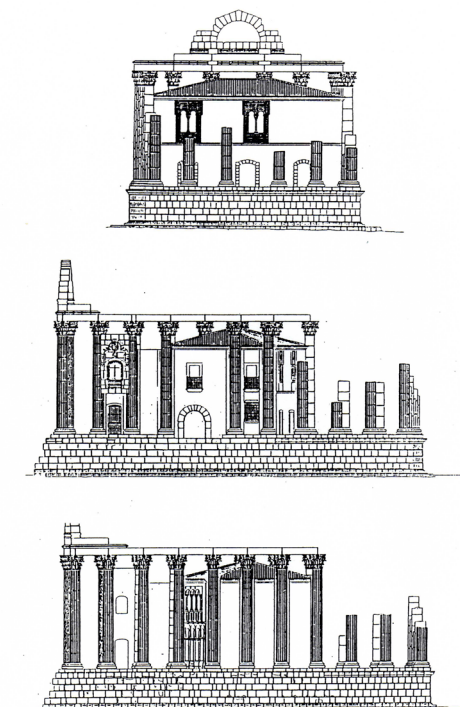
⁸ *Area* corresponderia a um espaço desocupado, à zona de construção na distribuição dos espaços de uma cidade.

A localização do fórum colonial sempre foi motivo de preocupação para todos os que estudavam o traçado de seu centro urbano, sobretudo a partir do século XIX, quando foram achados importantes vestígios no espaço de um complexo romano e culto imperial, no encontro das atuais ruas Sagasta e São José de Mérida, na cidade atual (Mérida). Como destacou Álvares Martinez (1976a), na interpretação de P. M. Plano (1893), o complexo encontrado corresponderia a um “palácio dos pretores”, área mais importante da cidade. Todavia, foi M. Mácias que, em 1913, interpretou a existência do fórum no triângulo das ruas Berzocana, Sagasta e San Jose e sua prolongação na área do Templo ‘de Diana’.

Trata-se de uma área forense de dimensão considerável. As escavações nessa área sustentam a hipótese de que a organização espacial colônia corresponderia aos cânones dos fóruns de época *augustea*: em um extremo seria ocupado por peribolos, delimitado por um pórtico monumental que delimitaria um espaço elevado onde se estabeleceria um templo, enquanto que no lado oposto se realizaria, provavelmente, a basílica, ocupando um espaço central na grande praça que atuaria como elemento de conexão e distribuição da área. Deste esquema, é conhecida a primeira parte, ou seja, a existência de um templo, conhecido como “de Diana”, construído na área elevada em relação à praça principal (ÁLVAREZ-MARTINÉZ, 1976a; MATEOS-CRUZ, 2004, p. 33). Desse espaço, delimitado por um pórtico em U construído possivelmente em dois níveis (MATEOS-CRUZ 2001, p. 192; 2004, p. 33), se chegaria à praça principal por duas escadas laterais situadas nos extremos do *podium*⁹ do templo, coincidindo com seus limites laterais. As demais partes que compõem a área forense são poucos conhecidos, uma vez que as escavações arqueológicas que se desenvolvem na zona, estão em andamento pelo Consórcio *Ciudad Monumental*.

⁹ *Podium*, pódio, corresponde à plataforma destacada ou grande pedestal em que se assenta o templo etrusco-romano. Reflete a necessidade de elevá-lo progressivamente nos contextos urbanos, ao contrário do templo grego, sem pódio, porque era naturalmente destacado pelo relevo geográfico em que tradicionalmente se inseria (vide VITRUVIO, *Tratado de Arquitetura*, 2007, p. 186).

As relações entre o templo “de Diana” e a praça principal foram mais bem estudadas quando se escavou a área do templo e se descobriu uma escadaria de acesso ao edifício, orientada no lado oposto ao *decumanus maximus*. As duas construções (templo e pórtico do fórum) foram estabelecidas na área central da colônia e ambas separadas pela presença do *cardo maximus*. Segundo os estudos de Martínéz-Nogales (2004), os edifícios não estavam isolados, igualmente, se comunicavam através de escadarias que interligavam os espaços e vencia o desnível que existia entre uma zona e outra, ainda perceptível na atual topografia. Diante do templo havia uma praça pavimentada com estrutura similar à fachada principal do edifício religioso. Pelo que conhecemos até o momento, os limites da praça estariam marcados pela presença do próprio *cardo maximus* no lado ocidental, o *decumanus maximus* pelo lado setentrional, o pórtico e o fórum *adiectum* (adjacente) pelo oriental e ao sul por alguns edifícios, parte dos quais, ao que parece, foram descobertos recentemente no final da Rua Dávalos, na atual Mérida.



«Templo de Diana». Proyecto de restauración de Dionisio Hernández Gil. - Alzados Oeste, Norte y Este.

Planta 2 – Reconstituição do “Templo de Diana”¹⁰

¹⁰ Recortes oeste, norte e leste de acordo com o projeto de Dionísio Hernandez Gil.

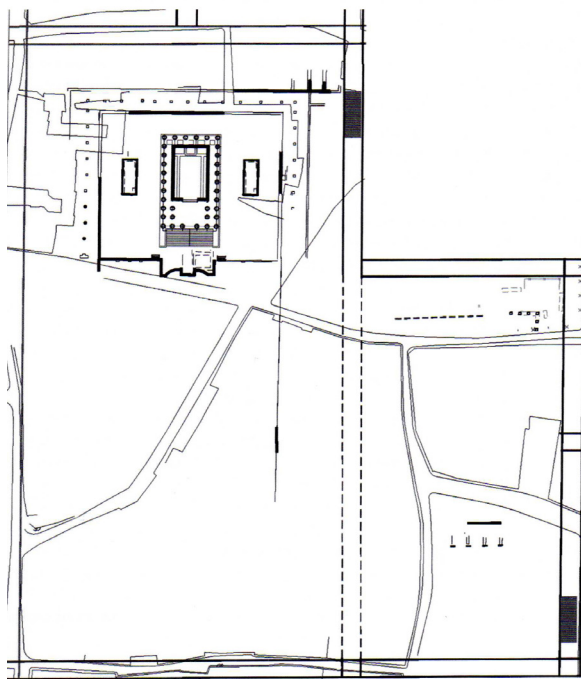


Fig. 7. Plano del Templo en el Complejo Forense Colonial
(Plano de Mesa-Martínez según Álvarez-Nogales sobre trama del Consorcio)

Planta 3 – Plano do Templo de Diana no complexo do fórum colonial.

Na busca por compreender a relação física entre o recinto do templo e o pórtico, o fórum *adiectum* ou possivelmente um *Augusteum* localizado ao longo do lado oriental, Martínéz-Nogales (2004) defendem a tese de que tanto os espaços do templo como o do possível *Augusteum* estiveram planejados desde a fundação do recinto colonial. Ambos corresponderiam a um mesmo projeto, o de santuário (*templum*) dedicado a Augusto e a sua casa, a *gens Augusta*. Segundo esta tese, quando o culto imperial ainda não estava oficializado, se construiu um templo dedicado a Roma e ao imperador seguindo o exemplo de outras cidades. Mais tarde, o conjunto, com o Imperador Tibério, já oficial o reconhecimento divino a Augusto, foi completado como em outros lugares, introduzindo novos elementos no fórum e completando com o programa iconográfico-estatuário no fórum que inclui clipeos¹¹ com figuras de Júpiter Ammón e Medusa, ladeado por Cariátides. É aqui que vemos também a representação do grupo escultórico de Enéias.

¹¹ Isto é, um elemento arquitetônico em formato de escudo côncavo.

A cópia do grupo de Enéias era composta por Enéias, Anquises e Ascanio (ou *Iulo*), tal como no exemplar da cidade de Roma. Walter Trillmich (1992) destaca que o exemplar proveniente da cidade de Emerita possui um caráter original: trata-se de uma obra feita em mármore e de tamanho colossal. Achados durante as escavações realizadas no século XIX, os vários fragmentos inicialmente foram interpretados como pertencentes ao culto de Diana. Contudo, as investigações levadas a cabo por Trillmich desvelaram que as estátuas e fragmentos compunham os ciclos troianos de Enéias e Rômulo.

Nessa leitura, a intenção de dedicar-se o lugar à casa imperial reinante já se encontrava presente no pensamento dos responsáveis pela fundação cidade. Considera-se, então que a área forense de Emérita contou com uma planificação na qual primou desde o primeiro momento, a área de culto imperial, reservando um espaço para a construção do santuário dedicado a Augusto e à casa Imperial, a saber, o reconhecido “templo de Diana”. Como indicado, a eleição das áreas destinadas aos edifícios públicos e a determinação das relações que se intentavam estabelecer entre elas supõe uma lógica interna, o que Vitruvius chama de *arearum electio*, em sentido arquitetônico. Nesse modelo, para ser dotado de dignidade e distinção, os espaços haviam de ser planejados convenientemente (MARTÍNEZ-NOGALES 2004, p. 295).

Assim, observa-se que, quando a colônia foi fundada, o fórum seguia características bem práticas, isto é, os edifícios que compunham o complexo forense alojavam num mesmo espaço global a vida político-administrativa, a vida religiosa e o comércio, embora cada um estivesse em seu setor. Quando a cidade foi promovida a outro estatuto político-jurídico, capital de província, o fórum mudou. No caso de Augusta Emérita, houve a construção de outro fórum sem a demolição do primeiro que se localizava próximo ao templo de Diana. O segundo fórum (o provincial) foi construído junto a um novo complexo arquitetônico, agora também dedicado ao culto imperial. O que faz sentido se pensarmos que não se trata de uma modificação apenas arquitetônica ou político-administrativa, mas sim uma

modificação no plano ideológico e no desenvolvimento do culto imperial - tímido nos inícios do império, à divinização do imperador sob os Flávios.

CONCLUSÃO

Como buscamos demonstrar, tendo em vista algumas estratégias utilizadas pelos aspirantes a líder que desejavam manter-se no poder, consistiu na construção de uma imagem pública que o representasse como cidadão ideal, assim como também na encarnação das representações de heróis e/ou personagens sobre-humanos que reforçassem sua posição preeminente. Deste modo, não bastava ao líder ‘encarnar’ os atributos que reforçavam o poder, tais ideais necessitavam ganhar corpo e serem vistos nas mais longínquas regiões do Império.

Nessa lógica, a difusão das representações do governo benéfico do líder pelo território reforçava, didaticamente, o esclarecimento da razão do governante estar no poder. Estrategicamente dispostas, as imagens funcionavam como suportes de comunicação com os habitantes da península Itálica e das províncias, veiculando as mudanças políticas ocorridas em Roma e as dinâmicas de sucessão, por exemplo. Mesmo as mudanças políticas mais radicais deveriam respeitar alguns vetores de continuidades artísticas, do contrário, não seriam facilmente assimiladas pelo público.

SEMIOTIC ARCHAEOLOGY AND THE ARTS IN THE PRINCIPATE: A STUDY OF THE AUGUSTO'S FORUM AND THE AUGUSTA EMÉRITA'S FORUM

Abstract: It is intended with this article present some initial studies on the use of decorative art in Roman monuments during the Principate. For this purpose, the artistic usage of the picture is being explored the artistic use of the mythical figure of Aeneas in the Augustus's forum in Rome and in Augusta Emerita's Forum, using the assumptions of semiotics archeology to investigate which speech vectors united as distant territories.

Keywords: Augustan Principate, Roman art, Semiotic archaeology, Augusta Emerita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentação Textual

OVID. **Fasti**. V. 5. Trad. Sir James George Frazer. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

VIRGÍLIO. **Eneida**. Trad. Manuel Odorico Mendes. São Paulo: Unicamp, 2005.

_____. **Énéid**. Trad. André Bellessort. Paris: Les Belles Lettres, 1952.

VITRÚVIO. **Tratado de Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Bibliografia

BASARRATE, Trinidad. & GORGES, José. **Sociedad y Cultura em Lusitania romana – IV Mesa Redonda Internacional**. Mérida: MNAR, 2000.

CANTO, Alicia. “Colônia Julia Augusta Emérta: Consideraciones en torno a su fundación y territorio”. In: **Gerion**, Madrid, v. 7, 1989, p. 149-206.

CÁCERES, Enrique Cerrillo Martín & GORGES, Jean-Gérard. **V Mesa Redonda Internacional sobre Lvsitania Romana: las comunicaciones**. MNAR, 2002.

CORZO SÁNCHEZ, Diogo. “In finibus emeritensium”; In: BLANCO FREIJEIRO, Antonio. (Org.) **Augusta Emerita: actas del simposio internacional conmemorativo del bimilenário de Mérida**. Madrid: Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural del Ministerio de Educación y Ciencia/ Patronato de la ciudad de Mérida, 1976, p. 217-233.

DYSON, Stephen. “Is there a text in this site?” In: SMALL, David. (Org.) **Methods in the Mediterranean: Historical and Archaeological Views on Texts and archeology**. Leiden: Brill, 1995. 25-44.

ECK, Werner. **The age of Augustus**. Malden: Blackell Publishing, 2007.

EDER, Walter. “Augustus and the power of tradition”. In: **The Cambridge Companion to the Age of Augustus**. Austin: Cambridge University Press, 2007.

ELSNER, Jás. **Imperial Rome and Christian triumph**. Oxford\New York: Oxford University Press, 1998.

FAVRO, Diane. **The urban image of Augustan Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

FARIA, Antonio Marques de. “Algumas Questões em torno da fundação de Augusta Emerita”, In: **Revista Portuguesa de Arquelogia**, v. 1, n. 1, 1998, p. 161-167.

_____. Novas Notas Historiográficas sobre Augusta Emerita e outras cidades Hispano-romanas. *In: Revista Portuguesa de Arqueologia*, v. 9, n. 2, 2006, p. 211-237.

FORNI, Giorgi. La popolazione di Augusta Emerita. *In: Homenaje a Saenz de Buruaga*. Madrid: s/e, 1982.

_____. La tribu papiria di Augusta Emerita. *In: BLANCO FREIJEIRO, Antonio (org.) Augusta Emerita: actas del simposio internacional conmemorativo del bimilenario de Mérida*. Madrid: Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural del Ministério de Educación y Ciencia/ Patronato de la ciudad de Mérida, 1976, p. 33-42.

FRÍAS, Manuel Salina de. Guerra transhumancia y ocupación del territorio del Suroeste peninsular durante la República romana. *In: GORGES, Jean-Gérard & RODRÍGUEZ MARTÍN, Francisco Germán (Orgs.) Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velásquez, 1999.

FUNARI, Pedro & ZARANKIN, Andrés. Algumas considerações arqueológicas sobre la vivienda doméstica em Pompeya. *In: Gerión*, n. 19, 2001. p. 493-511.

GALINSKY, Karl. **The Cambridge Companion to the Age of Augustus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

JIMÉNEZ SALVADOR, José Luis. Las ciudades hispano-romanas. *In: Cuadernos de Arte Español*, nº 30, Historia 16. Madrid, 1992.

LE ROUX, Patrick. Mérida Capitale de la Province Romaine de Lusitanie. *In: GORGES, Jean-Gérard, CÁCERES, Enrique Cerrillo Martín & BASARRATE, Trinidad (Ed). V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las comunicaciones* (Cáceres, 2002) Madrid: Ministério da Cultura, 2004.

MANTAS, Vasco Gil. A Lusitânia e o Mediterrâneo: identidade e diversidade numa província romana. *In: Conimbriga*, n. 43, 2004, p. 63-83.

NOGALES BASARRATE, Trinidad; ÁLVAREZ MARTINÉZ, José Maria "Espectáculos circenses em Augusta Emerita. Documentos para su estudio". *In: NOGALES BASARRATE, Trinidad.; SÁNCHEZ-PALENCIA, F. (Coord.) El Circo en Hispania Romana*. Madrid: Ministério de Educación, cultura y deporte / MNAR, 2002, p. 217-232.

_____. Programas decorativos del foro colonial de Augusta Emerita. 'El templo de Diana' – templo de culto imperial. *In: RAMALLO ASENSIO, Sebastián F. (ed.) La decoración arquitectónica en las ciudades romanas de occidente*. Murcia: Universidad de Murcia, 2004, p. 293-319.

_____. (Edt. Científica). **Augusta Emerita: territorios, espacios, imágenes y gentes en Lusitania Romana – Monografías Emeritenses 8**. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2004.

RODRIGUES, Antônio. A Eneida virgiliana, entre a vivência e a narração. *In: VIRGÍLIO, Eneida*. São Paulo: Editora Unicamp, 2005.

TRILLMICH, Walter. Monumentalización del espacio public emeritense como reflejo de la evolución histórica colonial: el ejemplo del teatro. *In: BASARRATE, Trinidad. Augusta Emerita: territorio, espacios, imágenes y gentes en Lusitania Romana – Monografía Emeritense 8*, Mérida: MNAR, 2005.

_____. Los tres foros de Augusta Emerita. *In: LEÓN ALONSO, María del Pilar. Coloquio Internacional Colonia Patricia Corduba – uma reflexion arqueológica*. Cordoba: Universidad de Córdoba, 1993.